

# O ECONOMISTA: A HISTÓRIA DA PROFISSÃO NO BRASIL\*

Nali de Jesus de Souza\*\*

Este livro, de autoria do Prof. Nivalde José de Castro, da UFRJ, surgiu em comemoração aos 50 anos da regulamentação da profissão de economista, tendo sido encomendado pelo Conselho Federal de Economia e pelos Conselhos Regionais de Economia de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ele relata a história da profissão do economista e do ensino da Economia no Brasil. A profissão de economista resultou do desenvolvimento das forças produtivas e o ensino de Economia surgiu como uma implicação do trabalho profissional. A história da Economia no Brasil é a história das “*Ciências Econômicas*”, compreendendo Economia Política, Práticas Comerciais, Administração, Finanças, Contabilidade e Ciências Atuariais.

O livro traz vários documentos relativos à regulamentação da profissão do economista e do ensino de Economia no País, como o Decreto n. 1339, de 9/1/1905, que declara como instituição de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1902, e reconhece seus diplomas como sendo oficiais. Essa Academia possuía dois cursos, um geral, habilitando para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos de Fazenda, e outro, de nível superior, vinculado mais aos cargos de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros e chefes dos departamentos de contabilidade de bancos ou grandes empresas comerciais. Percebe-se, assim, que o ensino superior de Ciência Econômica, no Brasil, tem como origem o ensino comercial.

Academia de Comércio foi precedida pelo Instituto Comercial do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto Lei nº 1.763, de 14/5/1856, que, por sua vez, substituiu as Aulas de Comércio da Corte, existentes desde a vinda de Dom João VI, em 1808. Depois da chegada do Visconde de Cairú, José da Silva

\* CASTRO, Nivalde José de. *O economista: a história da profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Cofecon; Corecon/RJ e Corecon/SP, 2001. 120p.

\*\* Doutor em Economia pela USP. Professor do Mestrado em Economia do Desenvolvimento da PUCRS. Site: <[www.nalijosouza.web.br.com](http://www.nalijosouza.web.br.com)>.

<b>ANÁLISE</b>	Porto Alegre	v. 17	n. 2	p. 377-383	jul./dez. 2006
----------------	--------------	-------	------	------------	----------------

Lisboa (1756-1835), o decano dos economistas brasileiros, o ensino da economia passou a ser mais valorizado; antes disso, ensinava-se, preferencialmente, ciências humanas.

Formado em Direito Canônico e Filosófico pela Universidade de Coimbra, o baiano Visconde de Cairú fora nomeado Secretário da Mesa de Inspeção de Salvador, onde conviveu com os problemas do setor agro-exportador brasileiro. Em função de seus conhecimentos teóricos e práticos, publicou em 1804 sua obra *Princípios de Economia Política*. Consta que ele teria participado do édito liberal de 28/1/1808 que abriu os portos brasileiros às nações amigas. Em virtude de seus conhecimentos, Cairu foi nomeado por Dom João VI professor da cadeira de Aula Pública com o salário de 400 mil réis. Esta foi a primeira manifestação concreta de ensino de Economia no Brasil. Infelizmente, talvez, para o ensino de Economia no País, ele não pôde aceitar tendo em vista sua promoção ao emprego de deputado do Superior Tribunal da Junta do Comércio, dedicando-se doravante às atividades políticas e de historiador (Castro, 2001, p. 71).

Portanto, o ramo do conhecimento que deu origem ao ensino de Economia no Brasil foi o Ensino Comercial, destacando-se as “Aulas de Comércio da Corte”, instituídas em 1809. Porém, a primeira manifestação efetiva de ensino de Economia no Brasil acabou ocorrendo na década de 1820, com a incorporação da cadeira de Economia Política no curso de Direito (Castro, 2001, p. 18). Em 11/8/1827 foram criados dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, incluindo a cadeira de Economia Política, um em São Paulo, outro em Olinda. Segundo Visconde de Cachoeira, a Economia Política tem como objetivo “produzir, fomentar e aumentar a riqueza nacional”; para isso, a disciplina deverá mostrar “as diversas seitas dos economistas, dos demasiadamente liberais, dos que seguem o sistema comercial ou restritivo, e dos que justificam a cada uma em particular” (Decreto de 9/01/1825). A incorporação dessa cadeira nos cursos de Direito seguiu o modelo francês, diversamente do que ocorreu na Inglaterra, onde o ensino de Economia seguiu um caminho próprio.

Há uma lacuna sobre o que aconteceu às “Aulas de Comércio” entre 1809 e 1833; nas províncias o ensino de comércio tinha pouca expressão. No Rio de Janeiro, as aulas de comércio duravam três anos; no primeiro ano, ensinava-se aritmética, geometria e álgebra; no segundo ano em diante, ministrava-se contabilidade, escrituração mercantil e geografia; para a admissão, exigia-se apenas leitura, escrita e as quatro operações básicas; em 1840, o Ministério da Educação passou a cogitar a inclusão de inglês, francês e de gramática portuguesa no exame de ingresso.

Em 1838, essas aulas ficaram sob a responsabilidade do Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação. Ensinava-se aritmética, álgebra, história geral do comércio, práticas mercantis e funcionamento dos bancos. “Os temas e questões propugnados estavam mais vinculados à

contabilidade, matemática financeira e ao direito comercial” (Castro, 2001, p. 20).

Em 1843, o Ministério da Educação sugeriu a inclusão de uma disciplina de Economia Política nas Aulas de Comércio, o que acabou ocorrendo em 1846. Em 1856 houve uma segunda reforma no ensino comercial: as Aulas de Comércio da Corte passaram a ser denominadas Instituto Comercial do Rio de Janeiro, tendo como referência a Escola de Comércio de Paris. Na estrutura curricular entrou direito mercantil, economia política com aplicação ao comércio e à indústria e estatística comercial. O exame de admissão tornou-se mais rigoroso, com a inclusão de inglês, francês, matemática e gramática portuguesa, sendo 16 anos a idade mínima de ingresso.

A ementa de Economia Política dizia que o professor ensinaria: teorias do valor, produção, salário, renda, moeda, bancos, impostos, comércio exterior, entre outros. Pela primeira vez o ensino comercial integrou em sua estrutura curricular pontos explícitos de Economia Política. O Decreto Lei nº 1.763, de 1856, deve ser considerado como o da criação do ensino superior de Comércio, culminando com os primeiros diplomados em Ciência Econômica (Castro, 2001, p. 21).

Em 1861, foi realizada a terceira reforma no ensino comercial. Foram criados no Instituto Comercial dois cursos, um preparatório e outro profissional. No primeiro, havia como disciplinas: gramática portuguesa; caligrafia e desenho linear; francês; inglês e alemão; no segundo, contava-se com as disciplinas: matemática; escrituração mercantil e legislação de fazenda; geografia e estatística comercial; direito comercial e economia política. Não havia exame de admissão: após três meses, o aluno era submetido a uma prova de proficiência, sendo mantido no curso ou afastado. Os professores do Instituto Comercial receberam os mesmos direitos dos professores do Colégio Dom Pedro II, onde funcionava como anexo, implicando aumento de salários, via gratificação.

A principal crítica feita ao curso do Instituto Comercial, de 1865, foi a ausência da disciplina Economia Política, o que foi corrigido em 1870 com a volta da disciplina no currículo. Em 1880, o Decreto 7.679 estabeleceu que o ensino comercial deveria conter 25% das disciplinas totais em cada uma das áreas de Contabilidade, Economia Política, Geografia Econômica (comércio exterior) e Ciências Jurídicas (ênfase em Direito Comercial). Após 1870, a Ciência Econômica voltou a ganhar espaço no ensino comercial brasileiro.

Com o advento da República, o ensino comercial sofreu alterações vindo influenciar mais diretamente o desenvolvimento da profissão de economista no Brasil. Em 1902, o Instituto Comercial foi extinto, sendo substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Em 1905, o Presidente Rodrigues Alves criou formalmente o Curso Superior de Comércio, em que se ensinava Ciência Econômica. Mais especificamente, a estrutura curricular do Curso Superior de Comércio contemplava o ensino de: geografia comercial e estatística; história do comércio e da indústria; tecnologia industrial e mercantil;

direito comercial e marítimo; economia política; ciência política das finanças; contabilidade do Estado; direito internacional; diplomacia; história dos tratados e correspondência diplomática; línguas: alemão, italiano e espanhol; matemática superior; contabilidade mercantil comparada e banco modelo (Castro, 2001, p. 22).

Na virada do século XX o antigo Instituto Comercial definiu, surgindo em 1902 a Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Em 1909 foi criada a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, mas carecia de respaldo oficial. Somente em 1926 foi homologado o ensino das Ciências Econômicas e Comerciais, pelo Decreto n. 17.329, sendo como pré-requisito para ingresso o título de Contador, obtido no curso geral. Porém, o aluno formado não recebia o título de Bacharel, reservado aos que concluíam os cursos de Medicina, Engenharia e Direito.

Na década de 1910 foram criadas escolas comerciais em outros Estados, além de duas existentes no Paraná e uma em São Paulo. Até 1912 foram criadas escolas no Amazonas, Maranhão e Pernambuco. Segundo o IBGE, em 1907 havia 14 estabelecimentos de ensino no Brasil, com 155 docentes e 970 alunos matriculados (60 alunos diplomados). Em 1912 esse número passou, respectivamente, para 38, 326 e 3.645 (466 diplomados); em 1932 tinha-se 401, 3.186 e 19.268 (3.371 diplomados). Em 1942 percebe-se considerável evolução: 721 estabelecimentos de ensino, 5.316 professores, 67.672 alunos matriculados, com 13.871 alunos diplomados (Castro, 2001, p. 83).

O Prof. Nivalde mostra que a valorização da Ciência Econômica e do economista ocorreu durante a era Vargas e que a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro nasceu como uma iniciativa de liberais, vinculada à Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Através do livro, percebe-se que o ensino de Economia tem duas origens, uma vinculada aos cursos de Direito e Engenharia, e outra, vinda do ensino técnico comercial, que de ensino médio evoluiu para ensino superior. A ascensão social das “Ciências Econômicas” ocorreu com a criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, em 1946, integrante da Universidade do Brasil.

O segundo ponto crucial do livro foi o histórico da regulamentação da profissão de economista no Brasil. Tiveram grande papel nesse processo as associações profissionais criadas nos anos de 1930: Instituto Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, que lutaram pela regulamentação da profissão. Destacou-se, também, o Conselho Federal de Economistas Profissionais, cuja política de atuação foi nitidamente corporativista, de acordo com Castro (2001, p. 13).

A Ciência Econômica também seguiu uma rota através dos cursos de engenharia (a partir de 1873). Neste caso, era enfatizado mais os seus aspectos técnicos, onde se destacavam as disciplinas quantitativas. Nesta área, já no século 20, destacou-se o engenheiro-economista Eugênio Gudín e, mais

tarde, Mário Henrique Simonsen, ambos da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

O ensino de Economia ainda não possuía, portanto, o *status* social dos cursos mais tradicionais. Isso mudou com a Revolução de 1930, que impôs profundas transformações políticas, sociais e econômicas no País. Nesse contexto, o Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, em 1931, através do Decreto n. 20.258, reformulou o ensino comercial brasileiro. O ensino das Ciências Econômicas foi bastante ampliado. A disciplina “Economia Política e Finanças” foi incorporada aos cursos de Administrador/vendedor, atuária e perito contador, tendo a mesma ementa. No terceiro ano dos cursos de atuária e perito contador foi criada a cadeira “Seminário Econômico”, como complemento aos estudos de Economia Política e Finanças, com monografia obrigatória sobre temas correlatos (Castro, 2001, p. 26).

O Curso de Administração e Finanças recebeu uma estrutura curricular mais consistente, com sete cadeiras de Direito, três de Economia, três de formação geral, e uma nas seguintes áreas: Contabilidade, Administração, História e Métodos Quantitativos. Pelo referido decreto, os concluintes do curso superior em Administração e Finanças recebiam o diploma de Bacharel em Ciências Econômicas. Esse decreto mantinha a preferência desses diplomados, já acordada em 1926, para o preenchimento de cargos públicos; eles passaram a gozar de regalias especiais nos concursos para professores do ensino comercial do nível médio. Porém, o Decreto exigia que somente os diplomados nos cursos de perito contador ou atuária poderiam ingressar nos cursos superiores de Administração e Finanças, em vez do certificado de conclusão do curso secundário integral. Essa exigência dificultava o processo de profissionalização do economista, por manter o curso superior vinculado ao ensino técnico, não *universitário*, que detinha um *status* social inferior ao das profissões tradicionais de nível superior (Castro, 2001, p. 27).

No conjunto dessas mudanças, o Decreto n. 19.851 de 11/4/1931 reorganizou a universidade brasileira, constituída em 1920 do agrupamento das faculdades de Medicina, Direito e da Escola Politécnica. Nessa reorganização, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (FCPE) foi incorporada à Universidade do Rio de Janeiro. A FCPE foi concebida como uma instituição de elite, nos moldes das Faculdades existentes em Paris, Bruxelas e Viena. Desejava-se que a nova instituição de ensino fosse capaz de atender à “formação cultural das nossas elites políticas, a do preparo técnico dos que se destinam aos cargos administrativos importantes, assim na esfera propriamente do Estado como no seio das grandes empresas de finalidade econômica” (Castro, 2001, p. 29).

O curso, com quatro anos de duração, apresentava uma estrutura curricular com disciplinas predominantemente da área do Direito, com participação inferior a 20% de cadeiras da área de Economia e Finanças. Aos futuros diplomados previam-se preferências nas nomeações para os altos cargos da administração pública e para os quadros consulares no exterior.

Em 1936, o Ministro Capanema da Educação convidou o Prof. Gaston Leduc da Escola Livre de Ciências Políticas de Paris para reformular o currículo da FCPE. O curso básico proposto teria um ciclo básico de três anos, com especialização no quarto ano, subdivida em duas seções: uma voltada ao serviço público (Seção de Ciências Políticas), e outra, a seção de Ciências Econômicas, dirigida ao setor privado (comércio, instituições bancárias, empresas de seguro e indústria). O currículo passou a ter mais disciplinas de Economia e Finanças do que de Direito; incluía também Matemática e Estatística. As disciplinas voltadas à Administração estavam no segundo e terceiro anos, enquanto as vinculadas à área do Economista estavam inseridas de preferência na área de especialização “Ciências Econômicas” (Castro, 2001, p. 31).

No entanto, o golpe de Estado de 1937 e a criação da Universidade do Brasil, em substituição à Universidade do Rio de Janeiro, impediram a implantação do projeto de Capanema. Para preencher essa lacuna, foi criada em 19/12/1938 uma instituição privada de ensino, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ). Três motivos justificaram essa iniciativa. O primeiro foi o desejo de regulamentar a profissão de economista; o segundo foi a necessidade de formar executivos de nível superior para a administração pública e o setor privado; o terceiro foi o próprio desenvolvimento das ciências econômicas que tentava desvincular-se da ciência jurídica. Ademais, o desenvolvimento econômico do país estava exigindo um conhecimento mais aprofundado de Economia, no âmbito do setor público, e de Administração na esfera empresarial. Na área da Economia, havia certo número de jovens economistas que ansiava pelo desenvolvimento e pela regulamentação da profissão. Em 1938 surgiu a Sociedade Brasileira de Economia Política; esse centro reunia os principais economistas do Brasil, entre eles Eugênio Gudín, Octávio Gouvêa de Bulhões e Daniel Carvalho, que mais tarde tornou-se Deputado Federal.

A FCEARJ iniciou suas atividades em 1939; ela não se restringiu apenas ao curso superior de Administração e Finanças, pois iniciou em seguida cursos de extensão universitária, de reciclagem e de preparação para concursos públicos; também promoveu diversas palestras e vindas de professores estrangeiros. Em 1943, quando Eugênio Gudín assumiu a direção dessa faculdade, ela contava com 230 alunos. Em 1945, a Fundação Mauá assumiu a FCEARJ, financiando parte de suas atividades. Gudín também articulou um convênio de cooperação dessa Faculdade com a Fundação Getúlio Vargas, a fim estabelecer intercâmbio de professores e cursos, assim como o uso de sua biblioteca. Em 1946 foi criado o curso de Economia na Universidade do Brasil, através da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, com um novo currículo de Economia que passou a ser padrão no País. Esse foi o primeiro curso de Economia integrado a uma estrutura universitária no Brasil.

Por autoria de um deputado gaúcho, Fernando Ferrari, em 13/08/1951, a Lei nº 1.411 regulamentou a profissão de economista e estabeleceu as normas de sua organização, através dos Conselhos Federais e Regionais de Economistas Profissionais.

Nos 30 anos que se seguiram proliferaram cursos de Economia em todo o País. Além disso, como lembra Castro (2001, p. 90), a dinâmica do mercado de trabalho tornou inócua a legislação corporativista do Conselho Federal de Economistas Profissionais. No entanto, a oferta de emprego para economistas manteve uma tendência favorável, tendo em vista a ideologia desenvolvimentista implantada no Brasil. Entretanto, em função da indefinição vaga das atribuições dos economistas e da inadequação dos currículos de muitas Faculdades de Economia do País, estes passaram a sofrer a concorrência de outras profissões, principalmente de administradores, engenheiros e contadores.